



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 25-06-2024

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ
ATA n.º 12 — 25/06/2024

----- Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, compareceram, pelas quinze horas, na Casa do Alpendre, na freguesia de Vilarelhos, os Senhores: EDUARDO MANUEL DOBRÕES TAVARES, Presidente; RUI JORGE BARRACHO FIGUEIREDO, VÍTOR JOSÉ NEVES BEBIANO e JOSÉ JOAQUIM REBOREDO ALMENDRA, Vereadores. -----

----- Faltou, por motivo justificado, a Senhora Vice-Presidente Vereador MARIA MANUEL ROCHA CUNHA SILVA. --
----- A Câmara Municipal deliberou, por **unanimidade**, dos presentes, nos termos da alínea c) do artigo 39º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, justificar a falta mencionada. -----

----- Nesta que foi a décima sexta reunião descentralizada do Município de Alfândega da Fé, estiveram ainda presentes alguns munícipes da aldeia de Vilarelhos, bem como os membros desta União de Freguesias. Compareceram também o Chefe de Gabinete da Presidência, António Simões, as Técnicas Superiores de Comunicação, Ana Catarina Ramos Teixeira, a Chefe da Divisão Económica, Cidadania, Animação e Juventude, Maria da Conceição Pereira, o Chefe da Divisão de Águas e Serviços Urbanos, Nuno Jacinto e a Técnica Superior da Secção de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Sandra Manuela Penarroias Fernandes Camelo, que secretariou a reunião. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, após o que foi aprovada, por **UNANIMIDADE**, dos presentes, a ata da reunião ordinária, realizada no dia onze de junho do corrente ano, previamente enviada por correio eletrónico a todos os membros do Executivo, tendo sido dispensada a sua leitura. Continuando, foi dado conhecimento do Balancete e tomadas as seguintes decisões: -----

BALANCETE

----- Foi tomado conhecimento da existência de fundos através do Balancete do dia vinte e quatro de junho de dois mil e vinte e quatro, que acusa o saldo de **€425.399,96** (quatrocentos e vinte e cinco mil trezentos e noventa e nove euros e noventa e seis cêntimos), em dotações orçamentais e de **€138.667,81** (cento e trinta e oito mil seiscentos e sessenta e sete euros e oitenta e um cêntimos), em dotações não orçamentais. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

----- O Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, usou da palavra, começando por cumprimentar todos os presentes, especialmente a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Vilarelhos, Célia Cristina Pancha e sua equipa, bem como os fregueses desta aldeia. Cumprimentou ainda os munícipes que acompanhavam esta reunião na rede social do Município e agradeceu depois a forma calorosa como foram recebidos nesta aldeia e pela simpatia de todos os seus habitantes. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Câmara disse que é hábito nas reuniões de câmara descentralizadas ser feito um ponto de situação dos trabalhos realizados na freguesia onde a reunião é feita e neste dia irão falar sobre os trabalhos realizados em Vilarelhos em parceria com a Junta de Freguesia. Referiu-se assim aos apoios sociais que têm vindo a ser desenvolvidos nesta freguesia e lembrou que têm cinco projetos enviados ao IRHU, no âmbito do Programa 1º Direito, informando que destes cinco projetos, quatro já estavam aprovados, dois estavam em fase de execução e dois a aguardar autorização, uma vez que entretanto houve uma alteração aos termos da candidatura para poderem avançar com essas obras e por isso esperam que brevemente se possam resolver. Para além disso, informou que têm um Cartão Municipal Sénior nesta freguesia e que poderão fazer mais algum trabalho para melhorar a cobertura deste Cartão Municipal, na medida em que é um cartão direcionado aos nossos seniores e poderão vir a haver mais nesta freguesia, disse. Informou também que apenas uma jovem requereu o subsídio do Ensino Superior, uma vez que está a estudar neste grau de Ensino. Seguidamente, o Senhor Presidente da Câmara informou que nesta freguesia tinham



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 25-06-2024

sido feitas vinte candidaturas ao Vale Eficiência, reconhecendo depois todo o trabalho e empenho da Senhora Presidente da Junta de Freguesia e da sua equipa, junto das pessoas desta aldeia. Disse que era das freguesias do Concelho com mais candidaturas a este programa importante, explicando que ele permite melhorar as condições de habitabilidade das casas de cada um e é direcionado a quem mais precisa. O Senhor Presidente da Câmara disse ser testemunha de todo o trabalho que a Célia tem feito, alertando muitas vezes para algumas questões. Informou que onze, daquelas vinte candidaturas, já estavam aprovadas e nove estavam em fase de aprovação. Continuando, o Senhor Presidente da Câmara, no âmbito do Programa 1º Direito, disse que na semana anterior tinham recebido a aprovação da candidatura do Município para o investimento na habitação social, nas casas das quais a Câmara já era proprietária, e que será financiado pelo PRR a 100% (cem por cento), de entre as quais, uma casa era em Vilarelhos, conhecida pela “Casa dos Montenegros”. Informou depois que traziam, para entregar à Senhora Presidente da Junta de Freguesia, algumas peças do projeto de execução que estava a ser terminado. Explicou que com este projeto, irão ter a criação de três apartamentos T3 e quatro apartamentos T1 nesta Casa que serão destinados a habitação social. Informou que este projeto estava ser feito pela Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana e em breve esperam poder lançar a obra. Informou também que este projeto tem prazo de execução de dois anos. O Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, continuou a sua intervenção informando que a Junta de Freguesia, com o apoio da Câmara Municipal, lançou o concurso para poderem avançar com as obras no Cemitério desta freguesia. Informou que se trata de um projeto que já tem dois anos e que este período de tempo foi muito difícil, pois passaram por dois concursos que ficaram desertos e que agora, após ter sido revisto, irá ser faseado em duas fases, sendo uma primeira fase, que foi agora submetida a concurso, pelo prazo de dez dias, com um preço base de €49.600,00 (quarenta e nove mil e seiscentos euros). Espera que desta vez possam ter propostas válidas para depois poderem fazer um protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal e Junta de Freguesia para poderem custear esta obra, uma vez que a Junta de Freguesia, sozinha, não tem disponibilidade financeira para o fazer e sabem que é uma obra muito urgente, pois o cemitério desta freguesia está mesmo “*nos limites dos limites*”. Entretanto, o Senhor Presidente da Câmara informou que, no âmbito de uma intervenção que a Associação de Beneficiários do Vale da Vilariça, que gere a rega no Vale da Vilariça, tinha uma candidatura a ser executada para beneficiação do seu perímetro de rega, tendo asfaltado alguns caminhos a esta freguesia de Vilarelhos e aproveitaram o facto de estar ali toda a maquinaria para fazerem um pequeno asfaltamento de cerca de duzentos metros no sentido de ligar duas ruas que estavam pavimentadas, tendo sido um investimento de treze mil euros, que, apesar de não estar previsto no orçamento do Município, acharam que não podiam deixar passar aquela oportunidade, disse. Continuou dizendo que tinham ido visitar a Igreja Matriz, pois sabem da necessidade urgente em fazer uma intervenção neste edifício. Explicou que a última vez que esta Igreja tinha sido intervencionada tinha sido há cerca de vinte anos e verificam-se algumas deficiências significativas, nomeadamente no soalho, pois está podre e já tinham caído lá pessoas. Informou depois que já tinha entregue, ao membro da Comissão Fabriqueira, Senhor Carlos Videira, um trabalho técnico que irá permitir que possam consultar as empresas locais no sentido de pedirem preços para tentarem encontrar uma forma de financiar estas obras que também são importantes, disse. O Senhor Presidente da Câmara aproveitou também para anunciar, uma vez que estavam em Vilarelhos, que gostariam muito de ter trazido a esta reunião de câmara a aprovação de um apoio à Associação Cultural, Património e Desenvolvimento de Vilarelhos, o protocolo para poderem financiar a 6ª Edição do Festival Transfronteiriço PAN, que se realizará nos dias vinte seis, vinte e sete e vinte e oito de julho, mas não foi possível cabimentar em tempo útil e virá a uma próxima reunião de câmara. Informou depois que, nos próximos anos, no âmbito da inclusão deste tipo de atividades no Quadro Comunitário, o Município poderá vir a ser financiado para estas atividades, podendo depois melhorar ainda mais este projeto. O Senhor Presidente da Câmara informou ainda que tinham uma candidatura aprovada para o Vale da Vilariça, no âmbito do PDR2020, ou seja, a criação de mais cento e quarenta hectares de regadio e tinham até ao final do próximo ano para a terminar. Explicou que as dificuldades administrativas que tiveram





Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 25-06-2024

durante os últimos anos foram resolvidas e por isso ainda podem lançar esta empreitada, uma vez que têm até ao final do próximo ano para a terminar. Para terminar, o Senhor Presidente da Câmara disse que informação que os Senhores Vereadores pediram na última reunião de câmara, relativamente aos custos da Festa da Cereja, consta no texto da informação do Presidente que irá à próxima Assembleia Municipal. De seguida passou a palavra à Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Vilarelhos, Célia Pancha, para poder intervir, uma vez que era habitual os presidentes das Juntas de Freguesia ou Uniões de Freguesia o fazerem nas reuniões de câmara descentralizadas. ----- 

----- Interveio de seguida a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Vilarelhos, que começou por agradecer a presença de todos os membros do Executivo e de todo o público ali presente. Disse que Vilarelhos é uma freguesia que precisa muito do apoio do Município, pois existem necessidades básicas que a Junta não consegue colmatar sozinha. Disse depois que uma dessas necessidades, e que o Senhor Presidente da Câmara já tinha falado, era precisamente a do aumento do Cemitério, pois sozinhos não conseguem fazer essa obra e já há muito tempo que estão à espera que seja feita, ou seja, há quase dez anos, pois este pedido já tinha sido feito ao anterior executivo camarário. Continuando, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia, Célia Pancha, referiu-se também ao arranjo de alguns caminhos, dizendo que já tinha falado com o Senhor Vereador nesse sentido, isto porque a aldeia tem muita agricultura e os caminhos são muito usados pelos agricultores e há certos pontos onde todos os anos há a necessidade de arranjar, pois ficam danificados pelo excesso de utilização. Por isso pediu o apoio da máquina o mais breve possível, sendo que o combustível era da responsabilidade da Junta de Freguesia. Depois referiu-se à alteração do PDM, perguntando ao Senhor Presidente da Câmara para quando estava essa alteração prevista, pois para esta freguesia, assim como para outras que a pediram, era muito importante, pois sendo esta aldeia do interior, cada vez mais desertificada, sempre que há a possibilidade de haver uma nova construção por parte de alguém que vem de fora, acaba por ser impedida de construir porque o PDM ainda não está alterado. Disse que para a freguesia é muito frustrante pois acabam por desistir de investir ali só porque este processo ainda não está concluído. A Senhora Presidente da Junta continuou a sua intervenção dizendo que outra das suas preocupações é a questão dos imigrantes, pois tanto nesta aldeia como na aldeia vizinha há muita população estrangeira que estão ali a trabalhar, dizendo que são muito bem-vindos, pois de outra forma não haveria mão-de-obra para trabalhar na agricultura, mas não têm grande apoio e sentem-se um pouco “perdidos” e por isso entende que deveria haver uma preocupação no sentido de tentar perceber o que precisam e de que forma é que poderiam ser acompanhados, sobretudo para aqueles que permanecem mais tempo. Seguidamente, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia referiu-se novamente à questão da rede de transportes, pois disse que já tinha falado desta questão na última reunião que houve em Vilarelhos, mas continua muito deficiente. Disse que se as aldeias já estão isoladas, sem uma rede de transportes ficam ainda mais isoladas e deveria haver, pelo menos, transporte para a sede do Concelho e entende que o Município deveria arranjar uma solução. Referiu-se depois à questão da demora nos processos do Programa do 1º Direito, pois as pessoas queixam-se, mas o Senhor Presidente da Câmara já tinha falado. Continuou referindo-se à questão projeto elétrico do pavilhão multiusos. Disse que já tinha sido solicitada ajuda ao Município há muito tempo e tem conhecimento que este, por sua vez, já tinha solicitado ajuda à Associação de Municípios da Terra Quente. Lembrou que o pavilhão multiusos estava há vinte anos com o quadro de obras e que era impensável esta situação continuar assim, pois todos os anos têm que ter a preocupação de fazer a renovação sob pena deste pavilhão ficar sem luz. Alertou para o facto de este pavilhão ser muito utilizado e por isso já estava na hora dessa alteração ser feita, disse. Informou que da parte da Junta, o que lhes foi pedido, já foi feito e que apenas precisam que seja alterado o projeto. De seguida, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia disse que não podia apenas pedir, mas também tinha de agradecer ao Município, porque, mesmo havendo muito para cumprir, também há muita coisa que pede diariamente e que lhe é sempre concedido, como por exemplo, pedidos que não são palpáveis mas que fazem muita diferença na vida das pessoas, designadamente na área social, desde a solicitação de transporte, de apoio técnico para acompanhar certas situações. Relativamente ao Vale Eficiência que o Senhor





Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 25-06-2024

Presidente falou anteriormente, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Vilarelhos disse que esta Junta de Freguesia se tinha inscrito como facilitadora administrativa e que neste momento, inclusive para os concelhos vizinhos, quem quiser fazer a candidatura a este Vale Eficiência, pode dirigir-se à Junta de Freguesia, pois reconhece que para muitas pessoas, para não terem de ter trabalho, não fazem as candidaturas e outras porque simplesmente não sabem. O Senhor Presidente da Câmara deu os parabéns à Senhora Presidente da Junta pelo excelente trabalho que fez e está a fazer pela sua comunidade e pelo interesse coletivo de todos. -----

----- De seguida, interveio o Senhor Vereador Vítor Bebiano, que começou por cumprimentar todos os presentes, dizendo que era bom ver uma sala cheia de público a assistir, mesmo com o calor que se fazia ali sentir. Disse, em tom de brincadeira, que a Senhora Presidente da Junta deveria ter começado por pedir um apoio para colocar ar condicionado naquela sala, uma vez que a pré-instalação já estava feita. Disse depois que ficou confirmado nas palavras proferidas pela Senhora Presidente da Junta de Freguesia aquilo que ele e o Senhor Vereador José Almendra já tinham concluído, ou seja, a governação deste Executivo em relação à freguesia de Vilarelhos, ou seja, muito virado para o social, descorando outras situações que para uma freguesia destas, por várias razões, por ser a única na Região Demarcada do Douro, por estar próxima de um eixo do IC5, por ainda ter alguns jovens empreendedores, bem como por ainda ter algumas pessoas que gostariam de ficar naquela aldeia eram importantes. Disse depois que algumas das situações proferidas pela Senhora Presidente da Junta já eram repetidas, pois já tinham sido faladas na última reunião de câmara realizada em Vilarelhos, começando pela questão da zona da Barragem do Salgueiro, mais conhecida pela Barragem de Vilarelhos. Referiu que recentemente foi apresentado pela Câmara de Vila Flor, para a Barragem do Peneireiro, um projeto aliciante, estruturante para o próprio turismo do Concelho e da Região, junto à zona de fruição daquela albufeira. Disse depois que nesta aldeia de Vilarelhos existiam dois ex-libris, um pertence à freguesia de Santa Justa, que são dois lagos, que apesar de estarem ao abandono, são frequentados por muitas pessoas da aldeia e não só. Lembrou que quando era jovem os seus primeiros mergulhos tinham sido nesta Barragem e estava sempre cheia de jovens e nunca foi feito um trabalho de base que permitisse criar ali uma pequena praia fluvial, com caixotes do lixo, guarda-sóis, areia limpa, informando que esta barragem tem uma mais-valia pois a água não “vai abaixo” como na barragem da Esteveinha, onde a água desce muito rapidamente e nesta a água mantém o caudal praticamente durante o verão todo. Disse que era preciso fazer alguma coisa nesta Barragem, para captar investimento, como uma empresa de animação turística que esteja no verão com umas canoas, gaivotas a pedais e que possa também servir de apoio aos alojamentos locais que já existem por ali e a outros que possam vir a surgir e não pensar apenas nos Lagos do Sabor mas também nestes pequenos investimentos, que por vezes, não precisa de se gastar muito dinheiro, disse. Desafiou por isso, a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal para olhar para a Barragem do Salgueiro com “outros olhos” e fazer um aproveitamento turístico nesse local. O Senhor Vereador Vítor Bebiano continuou a sua intervenção referindo-se à questão da dificuldade na construção de pavilhões maiores na freguesia de Vilarelhos, pois tem conhecimento que existe. Disse que está convencido ser de extrema importância haver esforços para que no antigo campo de futebol pudesse ser feita uma pequena zona empresarial/industrial, subdividindo o espaço em quatro ou cinco lotes que permitisse a jovens e não só, que tenham alguma ideia de negócio, poderem criar a sua estrutura, sendo esta uma obra que serviria de locutor para esta freguesia, à semelhança daquilo que existe na freguesia ao lado, em Santa Comba da Vilariça, que hoje tem várias atividades ali instaladas. Continuando, o Senhor Vereador Vítor Bebiano disse que tinha outro desafio a apresentar, mas este mais abrangente a todo o Concelho, através do Gabinete de Empreendedorismo, que outrora assim se chamava e que hoje se chama + Economia, ou seja, através desse Gabinete capacitar o Concelho e as pessoas de boas condições para poderem investir e captar outros que venham de outros concelhos a investir no nosso Concelho. Disse que a Zona Industrial que hoje existe em Alfândega da Fé é a mesma que existia há vinte anos e poucas empresas novas ali se fixaram. Deu depois o exemplo da Zona Industrial de Carrazeda de Ansiães, que neste momento está a “transbordar” de empresas. Por isso, desafiou o Senhor Presidente





Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 25-06-2024

da Câmara, uma vez que existem áreas que vão ser postas a concurso para fazerem parte do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal, a proporcionar um incentivo forte a alguns dos jovens que estão neste momento a pensar entrar para “os quadros da Câmara” a criarem a sua própria empresa, servindo a Câmara como alavanca ou cliente, motivando desta forma áreas como a arquitetura, a engenharia, os serviços de jardinagem, de limpeza urbana, pois isso vê-se noutras terras e não tem de ser a Câmara a ter pessoal para fazer estes serviços, podendo os mesmos serem contratados. Alertou depois que o “bichinho” do empreendedorismo tem de se espalhar e incentivar os jovens desde o ensino secundário a que eles próprios possam criar o seu negócio e não estar à espera de entrar para a Câmara e esta resolver os problemas de cada um, pois temos matéria-prima e recursos próprios para serem desenvolvidos e aproveitados para poderem começar a trabalhar. O Senhor Vereador Vítor Bebiano disse depois que há uns dias tinha passado na escolinha da Gouveia e viu que este apartamento turístico estava completamente ao abandono. Disse não saber se está entregue a alguém, e também não sabe se as outras escolinhas, transformadas em apartamentos turísticos, também estão ao abandono. Lembrou que estão em plena época balnear, de férias e deveriam tentar saber o que se está a passar e se é só esta que está em mau estado ou se são todas e o porquê. -----

----- Seguidamente, usou da palavra o Senhor Vereador José Almendra, começando por elogiar o seu Vereador, pois foi excelente a sua intervenção no período de antes da ordem do dia, dizendo que provavelmente foi das suas melhores neste período. Agradeceu por isso as suas palavras, como conterrâneo que é e que esta intervenção será certamente proveitosa para o Executivo, pois a oposição serve precisamente para que haja construção, disse. Referiu depois que tinha de se associar à Presidente da Junta de Freguesia, relativamente à questão da alteração do PDM, pois vive nesta aldeia, tem filhos e alertou depois para o facto de que daqui a uns tempos, se os seus filhos quiserem fazer ali uma construção, não a poderão fazer e terão de a fazer noutro lado e isso é preocupante, na medida em que se um jovem não se conseguir fixar numa aldeia é uma família que se perde nessa aldeia. Disse que quando se fala em desertificação, é necessário que o Município crie as condições para poderem permitir a fixação desses jovens, dando depois o exemplo da criação de lotes em zonas que já se encontram infraestruturadas e só depois de terem essas condições criadas é que podem dizer se vale ou não a pena. Disse também ter conhecimento de pessoas que não se fixaram em Vilarelhos por não terem casas disponíveis, nem sítios para construir. Referiu ainda que, se por um lado têm boas condições, no que diz respeito ao perímetro de rega, por outro lado têm limitações para poderem construir uma casa, pois o PDM não permite. Continuando, disse ter uma dúvida relativamente ao Programa do 1º Direito e à reabilitação da Casa dos Montenegros, aproveitando para parabenizar o Executivo por esta obra. Perguntou se a divisão do espaço que o Senhor Presidente da Câmara falou era em três apartamentos T3 e quatro T1, tendo o Senhor Presidente confirmado que sim. Contudo, o Senhor Vereador José Almendra disse que lhe estava a fazer alguma confusão haver quatro T1, devido às necessidades que se fazem sentir. O Senhor Presidente respondeu dizendo que tem a ver com as tipologias que foram identificadas na estratégia local para a habitação de acordo com o estudo que foi feito nesta freguesia. Para além disso disse que esta freguesia ficou com uma particularidade, no sentido de terem algumas soluções provisórias para o acolhimento de famílias em situações difíceis no âmbito social. Informou ainda que o projeto ainda não estava encerrado mas que era um projeto que tinha de estar concluído até junho de 2026 (dois mil e vinte e seis). Informou depois que ao todo, no âmbito deste projeto, vão criar quarenta e três fogos de habitação social, sendo que em Vilarelhos estão a criar sete. O Senhor Vereador José Almendra, referiu-se ainda aos caminhos rurais, dizendo que normalmente os caminhos são arranjados com as máquinas “bulldozers” e todos os anos as terras são arrastadas e por vezes acontecem alguns estragos e que por isso torna-se necessário mudar um pouco a forma de trabalhar nesses caminhos, à semelhança daquilo que acontece no concelho de Bragança e de Carrazeda, onde a prática é fazer menos quantidade mas bem-feita e bem estruturada, bem drenados com valetas, para que não seja necessário intervir todos os anos e para além disso, a longo prazo, poderão passar a gastar menos dinheiro. -----





Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 25-06-2024

----- Interveio depois o Senhor Presidente para responder a todas as questões colocadas pela Senhora Presidente da Junta de Freguesia e pelos Senhores Vereadores. Disse que relativamente ao Cemitério desta freguesia, já tinha dito que iriam assumir o compromisso de apoiar essa obra e irão encontrar uma solução financeira para o fazer. No que diz respeito aos caminhos rurais, disse que a vez desta freguesia está para breve, pois quando começam numa freguesia o objetivo é terminar e só depois passam para outra, salvo raras exceções e também devido a algumas avarias e pequenos acidentes que têm surgido. Continuando, concorda com o que o Senhor Vereador José Almendra diz relativamente ao facto de se arranjar menos quantidade de caminhos rurais, mas melhor. Entretanto, o Senhor Vereador Rui Figueiredo interveio para esclarecer melhor o facto da máquina ainda não ter vindo para a freguesia de Vilarelhos. Disse que essa máquina estava a acabar o serviço nas aldeias de Eucísia e Santa Justa e o objetivo era, à medida que vai acabando, vem “descendo” e a aldeia a seguir era precisamente Vilarelhos. Contudo informou que essa máquina tinha sofrido uma avaria, o que fez atrasar o processo e era uma avaria cujo orçamento para conserto ultrapassava os quarenta mil euros e estavam a tentar resolver esta situação, mas não estava muito fácil, disse. Entretanto, vão encontrar uma solução para trazer a máquina para esta freguesia, explicando depois que as freguesias é que sabem o que pretendem fazer com máquina, uma vez que eles cedem a máquina e o operador. Disse que tem aconselhado todos os presidentes de junta do Concelho a colocarem pedras e “betumenan” nos caminhos e não fazerem aquilo que chamam de “ribeiros”. Deu depois bons exemplos de trabalhos já realizados em algumas freguesias, como Cerejais, Sambade, Vilarchão, União de Freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra. O Senhor Presidente da Câmara explicou que estão a ver se conseguem reduzir ao valor, pois o objetivo é, a longo prazo, adquirir uma máquina nova através de uma candidatura ao Quadro Comunitário, no âmbito da Proteção Civil, cujo valor do investimento já está definido para tal. Continuando, o Senhor Presidente da Câmara referiu-se ao PDM e disse que a Senhora Presidente de Junta sabe muito bem que são sempre sensíveis, não só às Juntas de Freguesia mas também a todos os municípios que tenham intenções de investimento, que tenham preocupações, esclarecendo que têm acolhido todas essas situações, quer no que diz respeito ao PDM em vigor, quer no que diz respeito a esta nova fase de revisão do atual PDM que está a decorrer. Disse que estão a incluir, neste processo de revisão, expectativas de pessoas que querem investir em Vilarelhos e que são do conhecimento da Senhora Presidente da Junta. Explicou que são processos complexos que envolvem entidades que têm a tutela em determinadas áreas do nosso território, como florestas, reserva ecológica, reserva agrícola, regadio, no caso concreto de Vilarelhos, do qual já conseguiram uma pequena exclusão do perímetro de rega, numa zona da aldeia, para incluir na zona urbana, mas é um processo que ainda está a decorrer. Disse que pretendem brevemente fazer uma reunião com a Comissão de Acompanhamento deste processo para ver todas estas pequenas questões, uma vez que a ideia do Executivo é que este processo esteja concluído até ao final do ano. Entretanto, o Senhor Presidente da Câmara informou que, indo ao encontro da questão colocada pelo Senhor Vereador Vítor Bebiano, criaram em Vilarelhos, uma UOPG, Unidade Operativa de Planeamento e Gestão do Território, em toda a zona envolvente da Barragem do Salgueiro, para, no futuro, poderem acolher algum tipo de investimento e poder ter ali infraestruturas de apoio às atividades lúdicas na barragem. Relativamente aos transportes, disse à Senhora Presidente da Junta que irá fazer o ponto da situação no ponto da ordem do dia da reunião onde irão ser explicadas estas questões. Quanto à questão da instalação elétrica do pavilhão multiusos, o Senhor Presidente da Câmara, disse que irá ver essa questão com a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, no sentido de perceber o ponto da situação desse processo, pois de facto, é uma questão urgente. Continuando, e indo ao encontro das questões colocadas pelo Senhor Vereador Vítor Bebiano, disse que pelo facto de ele ter tido ligações ao Turismo, no passado, compreende que fale da Barragem do Peneireiro, em Vila Flor, mas essa Barragem tem ao lado, o parque de campismo e a piscina municipal mais antiga do Distrito, disse. Lembrou depois que o Município de Alfândega da Fé, tem tido ao longo dos anos, preocupações com a Barragem do Salgueiro e com os agricultores, com a agricultura e com o regadio. Lembrou também que estão investidos, pelo Município, no regadio de Vilarelhos e Santa Justa mais de cem mil euros





Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 25-06-2024

nos últimos anos para poderem ter projetos aprovados, reforços de áreas regadas no nosso território e para ajudar mais e melhor os nossos agricultores. Lembrou ainda que o Município de Alfândega da Fé é o Município com mais investimento ao nível do regadio no nosso País, ou seja, são mais de trinta e cinco milhões de euros. De facto não têm apostado tanto no Turismo e muitas vezes são acusados de terem apenas “olhos” para os Lagos do Sabor, mas não é verdade, pois têm tido “muitos olhos” e vontade de fazer para os agricultores, para o regadio e para a agricultura, e tem sido esse o seu foco, disse, e vai continuar a ser, sem descuidar outras áreas importantes. Continuando e referindo-se à questão que o Senhor Vereador Vítor Bebiano colocou no sentido de terem mais apoios para a construção de pavilhões em Vilarelhos, disse que nos últimos anos, devido à questão da Zona Demarcada do Douro ter sido classificada como Património Mundial da Unesco, existem mais condicionamentos às construções urbanísticas no território, mas felizmente, há pouco tempo, foi emitido um novo Decreto-Lei que veio “aligeirar” um pouco os condicionamentos que existiam. Por isso, as freguesias mais afastadas do Rio Douro e da zona mais central ficaram mais aliviadas dessas restrições que tinham e que afetavam, quer construções de habitações, quer construções de armazéns agrícolas. Relativamente ao atual PDM e à revisão que está a ser feita e ao Simplex urbanístico, o Senhor Presidente da Câmara disse que apesar de terem já aprovado na Assembleia Municipal a revogação de alguns artigos do nosso Regulamento, depois de alguma formação que já tiveram, nomeadamente a equipa técnica do Município, vão passar a ser capazes de assegurar no nosso Regulamento e no novo Simplex, a consideração de construções de armazéns até cem metros quadrados como construções de “escassa relevância urbanística”, o que será muito importante para desbloquearem e apoiar os nossos agricultores. O Senhor Presidente da Câmara lembrou que esta exceção tinha sido criada em dois mil e dez e isso já tinha permitido ajudar a construir muitos armazéns de forma legal, no nosso território. Continuando, e referindo-se ao investimento na Zona Industrial, o Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, explicou que apesar de todas as dificuldades que têm tido, a principal prioridade tem sido a preocupação em investir na economia e nas empresas e quando diz que a Zona Industrial está igual, isso não é verdade, porque nos últimos dois anos o Município investiu um milhão e meio de euros nesta Zona Industrial, criaram mais doze lotes que, muito em breve, irão poder oferecer aos empresários que assim o pretendam e vão permitir ampliar negócios já existentes e fixar outros negócios no nosso Concelho. Entretanto disse ao Senhor Vereador Vítor Bebiano que têm de ser coerentes, pois ainda há uns dias, o Senhor Vereador Vítor Bebiano tinha criticado o Executivo Municipal por ir afetar verbas do Fundo Ambiental do Baixo Sabor, que estavam previstas, mas vão investir esse dinheiro, pois têm mesmo que terminar a obra da Zona Industrial. Para além disso disse que o Senhor Vereador Vítor Bebiano sabia que tinham sido adquiridos, nos últimos dois anos, junto da Zona Industrial, mais três hectares de terrenos para poder ampliar a Zona Industrial e para futuros projetos que possam vir a ter. Interveio depois o Senhor Vereador Vítor Bebiano, para explicar que o que tinha dito relativamente à Zona Industrial, foi que, em termos de construções e negócios ali implantados é o mesmo de há vinte anos atrás. O Senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que tinham tido recentemente o negócio de amêndoa de outra empresa. Relativamente à escola primária da Gouveia, disse que de facto essa escola estava com alguns problemas e estava concessionada à empresa que tinham aceitado a cessão contratual da concessão de exploração já no ano passado, em reunião de câmara. A informação que tem é que essa escola estará fechada porque precisa de muito investimento para poder reabrir e já tinha feito um pedido de prorrogação de prazo que se encontrava em análise, mas em breve será um assunto a ser discutido numa próxima reunião de câmara. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, referindo-se depois à questão do Programa do 1º Direito, disse que no que diz respeito aos beneficiários diretos, relativos às candidaturas dos alfandeguenses, disse que ajudaram a submeter oitenta e três candidaturas, ao nível de todo o Concelho. Informou que já têm trinta em fase de execução, algumas em Vilarelhos e recentemente, tem havido alguns problemas com atrasos de pagamento e algumas obras estão paradas. Informou depois que houve muitos empreiteiros que desistiram de fazer essas obras e tiveram de fazer novos concursos e pediram a outras empresas que ficassem com esses processos e atualmente têm poucos empreiteiros com muitos





Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 25-06-2024

processos e verificam-se algumas obras com pedidos de pagamento em atraso e os empreiteiros ficam com algumas dificuldades e não conseguem avançar com as obras. Disse depois que tinha estado no Porto, reunido com a Senhora Diretora do IRHU e levou o ponto de situação das nossas candidaturas, tendo-o entregue em mão e pediu ajuda para que agilizasse a análise dos processos dos pedidos de pagamentos no sentido de desbloquear o mais rapidamente possível para que aquelas obras possam ser retomadas. -----

ORDEM DO DIA

1. CASA DO SPORT LISBOA E BENFICA DE ALFÂNDEGA DA FÉ – PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO – PARA APROVAÇÃO -----

----- Sobre o assunto, presente um mail enviado pela Casa do Sport Lisboa e Benfica, registado na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 3017 (três mil e dezassete) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), previamente enviados a todos os membros do Executivo Municipal, por correio eletrónico, pelo que ficará a constar no processo da documentação desta reunião, através do qual solicita um apoio financeiro no valor de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros) para a realização do evento, denominado "Maratona de Futsal da Cereja 2024". -----

----- O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para prestar algumas informações. Disse que apesar de não terem este valor previsto no orçamento, não puderam deixar de apoiar esta iniciativa que dinamiza e traz gente ao nosso Concelho. Esclareceu que não poderão apoiar a totalidade das expectativas desta associação, mas a proposta é apoiar em mil euros, esta iniciativa. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, dos presentes, aprovar a atribuição de um apoio financeiro no montante de €1.000,00 (mil euros) à Casa do Sport Lisboa e Benfica de Alfândega da Fé, para fazer face às despesas tidas com a "Maratona de Futsal da Cereja 2024, conforme referido no mail enviado, supra identificado. -----

2. CENTRO CULTURAL DE BALSAMÃO – XXV JORNADAS CULTURAIS DE BALSAMÃO/PARceria – PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO – PARA APROVAÇÃO -----

----- Sobre o assunto, presente um mail enviado pelo Centro Cultural de Balsamão, registado na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 5733 (cinco mil setecentos e trinta e três) do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), previamente enviados a todos os membros do Executivo Municipal, por correio eletrónico, pelo que ficará a constar no processo da documentação desta reunião, através do qual solicita um apoio financeiro no valor de 1.690,00€ (mil seiscentos e noventa euros) para a publicação do livro das Atas da XXV Jornadas Culturais de Balsamão. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para prestar algumas informações. Explicou que este apoio está relacionado com o pedido de apoio apresentado em dois mil e vinte e dois, no âmbito da realização no nosso Concelho das XXV Jornadas Culturais de Balsamão, em parceria com este Centro Cultural. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, dos presentes, aprovar a atribuição de um apoio financeiro no montante de €1.690,00 (mil seiscentos e noventa euros) ao Centro Cultural de Balsamão, para a publicação do livro das Atas das XXV Jornadas Culturais de Balsamão, no âmbito da parceria tida com esta Instituição. -----

3. PARÓQUIA DE S. PEDRO DE ALFÂNDEGA DA FÉ – PEDIDO DE APOIO PARA TRANSPORTE DE ACÓLITOS / CATEQUIZANDOS E EDUCADORES/PAIS – PARA RATIFICAÇÃO -----

----- Sobre o assunto, presente um ofício da Paróquia de S. Pedro de Alfândega da Fé, registado na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 3468 (três mil quatrocentos e sessenta e oito) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), previamente enviados a todos os membros do Executivo Municipal, por correio eletrónico, pelo que ficará a constar no processo da documentação desta reunião, através do qual solicita um apoio financeiro no montante de €583,00 (quinhentos e oitenta e três euros), para fazer face às despesas tidas com o transporte dos acólitos, catequizandos e educadores/pais, no passeio anual realizado no dia de 16 de junho de 2024 a Miranda do Douro. -----





Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 25-06-2024

----- O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para prestar algumas informações. -----

----- Dada a urgência na decisão, o Senhor Presidente da Câmara, usando a competência que lhe é concedida pelo n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, decidiu autorizar o referido pagamento. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, dos presentes, ratificar a decisão tomada pelo Senhor Presidente da Câmara, através de despacho proferido em dois de junho de dois mil e vinte e quatro, contido no ofício, que atribuiu um apoio financeiro no montante de €583,00 (quinhentos e oitenta e três euros) à Comissão Fabriqueira da Igreja Paroquial da Freguesia de S. Pedro de Alfândega da Fé, para fazer face às despesas tidas com o transporte dos acólitos, catequizandos e educadores/pais, no passeio anual realizado no dia de 16 de junho de 2024 a Miranda do Douro. -----

4. ACORDOS DE FINANCIAMENTO REFERENTES ÀS COMPENSAÇÕES POR SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE A PAGAR AOS OPERADORES - PARA APROVAÇÃO

----- Sobre o assunto, presente uma informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 3771 (três mil setecentos e setenta e um) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), previamente enviada cópia a todos os membros do Executivo e que ficará a constar no processo da documentação desta reunião. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara prestou alguns esclarecimentos. Disse que já há muitos anos é habitual os Municípios compensarem os operadores que fazem os transportes públicos de alguns circuitos escolares, isto porque nestes circuitos existem muito poucos passes de estudantes e esses passes tornam os circuitos viáveis e caso o Município não pagasse essas compensações, os operadores abandonariam esses circuitos e deixariam de ter transportes para as crianças e por conseguinte para a restante população. Disse que obviamente não podiam deixar que isso acontecesse, até porque isto acontece em todos os Municípios. Informou que a compensação que tem vindo a ser paga aos operadores que fazem este tipo de transporte rondava os sessenta e cinco mil euros por ano e agora vai passar ligeiramente os cem mil euros. Explicou que estes valores têm por base um estudo de viabilidade económico-financeiro, que foi encomendado pela CIM-TTM, ou seja, os nove municípios que fazem parte desta Instituição, delegaram nela as competências na área dos transportes públicos. Este estudo irá ajudar a lançar um novo concurso público, mas enquanto este não estiver “fechado”, que tudo indica será até ao final do corrente ano, vão ter de continuar a pagar compensações ao atual operador, sob pena de não realizar os transportes. Assim, desde dezembro do ano passado que o operador pediu uma revisão dessas compensações e foi pedido um parecer à Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, que já foi dado, para poderem pagar essas compensações que, no que diz respeito ao concelho de Alfândega da Fé, quase duplicaram, ou seja, passaram para cerca de cem mil euros. Por isso, o que trazem para ser aprovado, é uma minuta do acordo de financiamento que prevê o pagamento destas compensações desde três de dezembro de dois mil e vinte e três até trinta e um de maio do próximo ano, uma vez que será o prazo até chegar o final do prazo do novo concurso e, a partir dessa altura, já não será necessário pagar compensações. Este assunto terá de ir à Assembleia Municipal, uma vez que é uma despesa plurianual e não estavam a contar com ela no Orçamento Municipal. -----

----- O Senhor Vereador Vítor Bebiano interveio dizendo que obviamente aprovam o assunto, sob pena de deixarem de ter transportes públicos, mas deveriam também aprovar uma conta a apresentar ao operador, ou seja, uma conta das vezes que as crianças chegaram tarde à escola, porque o autocarro avariou, a conta das vezes em que caíam pingas de água nas crianças, porque o autocarro não tinha condições. O Senhor Presidente da Câmara disse que concorda com tudo isso e obviamente que não estão satisfeitos com a qualidade do serviço que tem vindo a ser prestado pela atual operadora. No entanto, há dois anos atrás lançaram um concurso público para concessionar a rede de transportes dos nove municípios da CIM-TTM e esse concurso foi ganho pelo mesmo operador, mas incluía algumas regras, designadamente a idade do autocarro, transporte a pedido, uma rede de transporte na Vila de Alfândega da Fé,





Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 25-06-2024

com quatro transportes diários, feitos por um pequeno autocarro elétrico, mas esse concurso foi adjudicado e o operador veio alegar que havia questões que não tinham ficado bem apuradas, tendo recorrido a Tribunal e este, por sua vez, deu-lhe razão. Informou que o concurso foi revogado e agora estão a fazer um novo concurso, onde vai haver uma prestação de serviços com a qualidade que pretendemos. ----- 

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Câmara, conforme referiu no período de antes da ordem do dia, passou a fazer o ponto da situação relativamente aos transportes dizendo que a Senhora Presidente da Junta de Freguesia tinha toda a razão em estar preocupada, que lhe ligou muitas vezes e também tinha recebido muitas mensagens de mães e pais desta aldeia e de outras aldeias com toda a razão por estarem a reclamar de atrasos, da má qualidade dos autocarros, porque chovia dentro deles, mas infelizmente não tinham como resolver esse problema. Informou que o Município foi ficando com alguns circuitos de transportes escolares, à medida que as crianças nas aldeias foram diminuindo. Por isso disse que agora o que vão fazer é contratar serviços com autocarros novos, com transporte a pedido em algumas alturas do ano, uma vez que há períodos em que não há transportes e ficará a funcionar o transporte a pedido e terão ainda a rede de transporte em Alfândega da Fé, com um veículo elétrico que fará transportes na Vila. O Senhor Presidente da Câmara explicou ainda que com este novo contrato irão baixar os custos, porque deixarão de ter de pagar compensações e irão receber do Orçamento de Estado dinheiro para poder participar esta rede de transportes locais e o custo que o Município de Alfândega da Fé vai ter, doravante, quando este novo contrato entrar em vigor, será de cerca de cento e dezoito mil euros. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, dos presentes, nos termos e para os efeitos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e de acordo com o mencionado na informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, supra identificada, o seguinte: -----

----- 1. Aprovar e submeter à Assembleia Municipal para autorização, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a celebração de Acordo relativo ao financiamento do exercício pela COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES das competências nela delegadas pelo município, nos termos da minuta constante do Anexo IV à proposta, anexa à informação técnica supra identificada, acordo esse que é complementar ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, celebrado, em 14 de dezembro de 2016 entre a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes e o Município de acordo com o critério de repartição descritos nos Estudos constantes do Anexo I à referida proposta; -----

----- 2. Aprovar e submeter à Assembleia Municipal para autorização, nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a despesa e compromissos plurianuais da responsabilidade do município, associados à celebração do acordo relativo ao financiamento do exercício pela COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES das competências nela delegadas pelo município enquanto autoridade de transportes, nos termos previstos na minuta do acordo que figura no Anexo IV à referida proposta, com a repartição de encargos e compromissos plurianuais nos anos económicos 2024 a 2025 prevista na proposta de repartição de encargos e compromissos plurianuais constante do Anexo III à proposta. -----

5. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE RECRUTAMENTO PARA 3 ASSISTENTES OPERACIONAIS / ASSISTENTES OPERACIONAIS, NA ÁREA DE AUXILIARES DE AÇÃO EDUCATIVA - PARA APROVAÇÃO -----

----- Sobre o assunto, presente uma informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 3697 (três mil seiscentos e noventa e sete) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), previamente enviada cópia a todos os membros do Executivo e que ficará a constar no processo da documentação desta reunião. -----





Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 25-06-2024

----- O Senhor Presidente da Câmara prestou alguns esclarecimentos. Pediu autorização para falar dos pontos cinco até ao ponto catorze, inclusive, uma vez que são assuntos iguais, o que uda é apenas a área de trabalho para a qual o procedimento concursal é destinado. Assim disse que se trata de pedidos de autorização para recrutamento de pessoal para o Município e estes assuntos já tinham sido falados em reuniões anteriores e também em sessões de Assembleia Municipal. Explicou que têm algumas necessidades muito urgentes de recursos humanos, pois nos últimos três anos perderem mais de trinta funcionários, na sequência de reformas e mobilidades e por isso verificam-se dificuldades em várias áreas. Para além disso disse que, no último ano, tiveram poucas candidaturas aprovadas pelo Centro de Emprego e que, em média, tinham cerca de trinta funcionários a trabalhar em contratos pelo Centro de Emprego, sendo que estes trabalhadores estão a trabalhar na escola, nos espaços verdes e “dão a cara” pelo Município, desempenhando funções importantes no Município e é necessário suprir estas dificuldades, disse. Desta forma, disse que vão agora abrir catorze postos de trabalho e vão priorizar algumas áreas no sentido de ir ao encontro daquelas onde se têm verificado mais dificuldades nos últimos anos. Informou que, são nove assistentes operacionais, dois assistentes técnicos e três técnicos superiores e que estes catorze postos de trabalho estavam no alinhamento daquilo que estava inscrito no nosso Programa de Ajustamento Municipal, esclarecendo que neste Programa, estava definido que em dois mil e vinte e três podiam contratar sete postos de trabalho e outros sete em dois mil e vinte e quatro. Contudo, como em dois mil e vinte e três ninguém foi contratado, pelo atraso que houve no processo, em dois mil e vinte e quatro vão desenvolver estes processos, disse. Entretanto referiu que o mais provável é que ainda não se irá verificar, no corrente, despesa com estes procedimentos, pois são processos que demoram algum tempo até estarem concluídos. Explicou que numa primeira fase terão de abrir uma bolsa de emprego público, na BEP, porque tem que ser dada prioridade a quem tenha vínculo na função pública e que tenha interesse em vir trabalhar para o Município de Alfândega da Fé e só depois, caso não haja concorrentes nesta fase, é que terão de proceder à abertura dos concursos externos, que estarão abertos a todas as pessoas que queiram concorrer a estes lugares. Desta forma, disse que o que vem para aprovar é a abertura da primeira fase destes procedimentos, ou seja da Bolsa de Emprego Público e por isso, nesta fase, estes assuntos não vão ser submetidos à Assembleia Municipal, porque, como diz o nº 2 do artigo 30º da Lei do Orçamento de Estado, estes processos apenas têm que ir à Assembleia Municipal depois de não haver a possibilidade de contratar funcionários públicos que já tenham vínculo à função pública, porque nesta fase, não precisa de ter parecer da Assembleia Municipal, nem do FAM. -----

----- Interveio, de seguida, o Senhor Vereador Vítor Bebiano, dizendo que a expectativa de quem está a ouvir este assunto e porque várias pessoas lhe perguntaram, é saber para que áreas os lugares são abertos a concurso. O Senhor Presidente da Câmara explicou que estão bem explicados nas informações, mas vão ser lugares na área da educação, para auxiliares na escola, na cozinha, também para os espaços verdes, jardineiros, cantoneiros de limpeza, trolhas, operadores de máquinas. Explicou depois que, na contabilidade e aprovisionamento, também tiveram a saída de pessoas através de mobilidade para outros organismos públicos e no urbanismo. Resumindo, disse que são então nove assistentes operacionais, dois assistentes técnicos, um para a área da educação, no apoio da secretaria e outro no apoio da Divisão de Urbanismo, e os três técnicos superiores serão na área da Contabilidade e do Aprovisionamento. O Senhor Vereador Vítor Bebiano disse que votam favoravelmente a estes assuntos, mas continua a dizer que existem duas ou três áreas nestes procedimentos, como jardinagem, e outras, que se houvesse um incentivo do Município aos jovens para criarem o seu próprio negócio, um espaço disponível para a criação da empresa, com a possibilidade do Município vir a ser cliente dessa empresa, seria vantajoso. Entretanto, o que lhe parece é que para a escola, conhecendo a realidade daquele local, das pessoas que lá trabalham, estão a ser abertos poucos lugares e não sabe se o Programa de Ajustamento Municipal não pode permitir mais lugares. O Senhor Presidente esclareceu que o Programa não permite a abertura de mais postos de trabalho, tendo estas necessidades sido vistas e validadas por todos os chefes de divisão e inclusive pela escola. Por conseguinte, o Senhor Presidente explicou que, nos próximos anos,





Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 25-06-2024

poderão abrir mais procedimentos concursais, pois todos os anos vão continuar a haver saídas de pessoal, na sequência de reformas e essas entradas já estão previstas no Programa de Ajustamento Municipal, disse. Sabe que na escola existem mais necessidades, mas poderão ser revistas e poderão depois alocar recursos humanos para suprir essas necessidades. Quanto à questão do empreendedorismo que o Senhor Vereador Vítor Bebiano voltou a frisar, o Senhor Presidente da Câmara disse que a Associação de Municípios do Baixo Sabor iniciou, este ano, um novo concurso de empreendedorismo do Baixo Sabor, que já não se realizava há seis anos, financiado pela MOVHERA e Alfândega da Fé é o concelho com mais empreendedores a terem formação para criarem empresas e negócios. Entretanto, informou também que, apesar de não estar ali a Senhora Vice-Presidente, pois muito desse trabalho foi feito por ela, tendo aproveitado para lhe desejar rápidas melhoras, vão ter, no âmbito do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar e do novo CLDS, novas ações de apoio ao empreendedorismo junto das crianças do nosso Concelho, de forma mais precoce e também junto dos grupos mais vulneráveis, nomeadamente dos desempregados e outros grupos elegíveis na candidatura que está a ser preparada e que até ao final do ano virá aprovada. Por isso disse que há muita preocupação nesta área. -----

----- Usou de seguida da palavra o Senhor Vereador José Almendra dizendo que há um aspeto que o preocupa um pouco que é a questão de, constantemente, haver a necessidade de recrutar pessoas para lugares de pessoas que saíram por mobilidade. Disse que é normal renovar pessoal, na sequência de saídas por reforma, agora no que diz respeito a técnicos superiores é constante a saída por mobilidade e isso parece-lhe não ser benéfico para o Município, pois as competências que essas pessoas foram adquirindo, voltam a ter de ser adquiridas por outra pessoa que entretanto ocupará o seu lugar. Por isso disse que o Município deveria repensar a forma de como poderá vir a fixar os seus funcionários para que não seja tão fácil a sua saída. O Senhor Presidente disse que concordava com o que o Senhor Vereador estava a dizer, até porque foi deferindo mobilidades que não eram propriamente da sua vontade, mas entende que não podem "cortar as pernas" às pessoas e não podem recusar um pedido de mobilidade, pois os trabalhadores têm esse direito, apesar de serem muitos anos de aprendizagens que se perdem, de pessoas que estavam muito bem integradas e que vêm causar mais problemas. Referiu-se depois ao caso de um trabalhador ter ido para o Serviço Local de Finanças, para evitar que este serviço fechasse, pois é um serviço muito importante para a população. Entretanto, o Senhor Vereador Vítor Bebiano disse que o Senhor Presidente da Câmara deveria questionar do porquê destas pessoas quererem ir embora, se era porque não criavam bom ambiente de trabalho, ou não lhe eram dados desafios ou será que era porque não mostravam um plano de ação que alicie o funcionário a ficar no Município de Alfândega da Fé. O Senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que não era nada disso e que o Senhor Vereador conhece bem toda a gente, até porque sabe a realidade de cada uma das pessoas que saíram e o motivo porque saíram, ou foram pessoas que casaram e quiseram ir para a sua localidade, ou outras situações, dando depois o exemplo de uma pessoa que tinha saído, recentemente, por mobilidade. Disse que essa pessoa, há vinte anos fazia vários quilómetros para a sua localidade, diariamente, de manhã e ao final da tarde, cuja família, filhos estão nessa localidade e por isso achava normal que, ao fim de todo esse tempo, a partir do momento em que lhe surge uma oportunidade para ir para uma instituição da sua localidade, vá e, como tal, não podem ir contra isso, apesar de saberem que era uma pessoa muito importante, a desempenhar um serviço numa área social, onde, inclusive, estava a acompanhar o programa do 1º Direito, mas felizmente os recursos humanos, em algumas áreas, são suficientes e conseguem colmatar essas necessidades. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, dos presentes, autorizar a abertura do Procedimento de Recrutamento para três assistentes operacionais na área de Auxiliares de Ação Educativa, para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, nos termos e de acordo com o referido na informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, supra identificada. Mais foi deliberado aprovar a constituição do respetivo júri do Recrutamento. -----





Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 25-06-2024

6. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE RECRUTAMENTO PARA 2 ASSISTENTES OPERACIONAIS / ASSISTENTES OPERACIONAIS, NA ÁREA DE CONDUTORES DE MÁQUINAS E VEÍCULOS ESPECIAIS - PARA APROVAÇÃO

Sobre o assunto, presente uma informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 3637 (três mil seiscentos e trinta e sete) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), previamente enviada cópia a todos os membros do Executivo e que ficará a constar no processo da documentação desta reunião.

Os esclarecimentos estão no ponto cinco da ordem do dia, uma vez que foram dados em conjunto as explicações dos pontos cinco ao catorze.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, dos presentes, autorizar a abertura do Procedimento de Recrutamento para dois assistentes operacionais na área de Condutores de Máquinas e Veículos Especiais, para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, nos termos e de acordo com o referido na informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, supra identificada. Mais foi deliberado aprovar a constituição do respetivo júri do Recrutamento.

7. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE RECRUTAMENTO PARA 2 ASSISTENTES OPERACIONAIS / ASSISTENTES OPERACIONAIS, NA ÁREA DE JARDINEIROS / CANTONEIROS DE LIMPEZA - PARA APROVAÇÃO

Sobre o assunto, presente uma informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 3692 (três mil seiscentos e noventa e dois) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), previamente enviada cópia a todos os membros do Executivo e que ficará a constar no processo da documentação desta reunião.

Os esclarecimentos estão no ponto cinco da ordem do dia, uma vez que foram dados em conjunto as explicações dos pontos cinco ao catorze.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, dos presentes, autorizar a abertura do Procedimento de Recrutamento para dois assistentes operacionais na área de Jardineiros/Cantoneiros de Limpeza, para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, nos termos e de acordo com o referido na informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, supra identificada. Mais foi deliberado aprovar a constituição do respetivo júri do Recrutamento.

8. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE RECRUTAMENTO PARA 1 ASSISTENTE OPERACIONAL / ASSISTENTE OPERACIONAL, NA ÁREA DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - PARA APROVAÇÃO

Sobre o assunto, presente uma informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 3769 (três mil setecentos e sessenta e nove) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), previamente enviada cópia a todos os membros do Executivo e que ficará a constar no processo da documentação desta reunião.

Os esclarecimentos estão no ponto cinco da ordem do dia, uma vez que foram dados em conjunto as explicações dos pontos cinco ao catorze.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, dos presentes, autorizar a abertura do Procedimento de Recrutamento para um assistente operacional na área de Auxiliar de Serviços Gerais, para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, nos termos e de acordo com o referido na informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, supra identificada. Mais foi deliberado aprovar a constituição do respetivo júri do Recrutamento.



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 25-06-2024

9. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE RECRUTAMENTO PARA 1 ASSISTENTE OPERACIONAL / ASSISTENTE OPERACIONAL, NA ÁREA DE PEDREIRO - PARA APROVAÇÃO

Sobre o assunto, presente uma informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, registado na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 3733 (três mil setecentos e trinta e três) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), previamente enviada cópia a todos os membros do Executivo e que ficará a constar no processo da documentação desta reunião.

Os esclarecimentos estão no ponto cinco da ordem do dia, uma vez que foram dados em conjunto as explicações dos pontos cinco ao catorze.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, dos presentes, autorizar a abertura do Procedimento de Recrutamento para um assistente operacional na área de Pedreiro, para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, nos termos e de acordo com o referido na informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, supra identificada. Mais foi deliberado aprovar a constituição do respetivo júri do Recrutamento.

10. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE RECRUTAMENTO PARA 1 TÉCNICO SUPERIOR / TÉCNICO SUPERIOR, NA ÁREA DE GESTÃO - PARA APROVAÇÃO

Sobre o assunto, presente uma informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, registado na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 3723 (três mil setecentos e vinte e três) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), previamente enviada cópia a todos os membros do Executivo e que ficará a constar no processo da documentação desta reunião.

Os esclarecimentos estão no ponto cinco da ordem do dia, uma vez que foram dados em conjunto as explicações dos pontos cinco ao catorze.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, dos presentes, autorizar a abertura do Procedimento de Recrutamento para um Técnico Superior na área de Gestão, para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, nos termos e de acordo com o referido na informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, supra identificada. Mais foi deliberado aprovar a constituição do respetivo júri do Recrutamento.

11. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE RECRUTAMENTO PARA 1 TÉCNICO SUPERIOR / TÉCNICO SUPERIOR, NA ÁREA DE CONTABILIDADE / ECONOMIA DF (SEF) - PARA APROVAÇÃO

Sobre o assunto, presente uma informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 3716 (três mil setecentos e dezasseis) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), previamente enviada cópia a todos os membros do Executivo e que ficará a constar no processo da documentação desta reunião.

Os esclarecimentos estão no ponto cinco da ordem do dia, uma vez que foram dados em conjunto as explicações dos pontos cinco ao catorze.

Apreciado e analisado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, dos presentes, autorizar a abertura do Procedimento de Recrutamento para um Técnico Superior na área de Contabilidade/Economia para a DF (SEF), para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, nos termos e de acordo com o referido na informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, supra identificada. Mais foi deliberado aprovar a constituição do respetivo júri do Recrutamento.

12. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE RECRUTAMENTO PARA 1 TÉCNICO SUPERIOR / TÉCNICO SUPERIOR, NA ÁREA DE CONTABILIDADE / ECONOMIA DF (SACP) - PARA APROVAÇÃO





Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 25-06-2024

----- Sobre o assunto, presente uma informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 3701 (três mil setecentos e um) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), previamente enviada cópia a todos os membros do Executivo e que ficará a constar no processo da documentação desta reunião. -----

----- Os esclarecimentos estão no ponto cinco da ordem do dia, uma vez que foram dados em conjunto as explicações dos pontos cinco ao catorze. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, dos presentes, autorizar a abertura do Procedimento de Recrutamento para um Técnico Superior na área de Contabilidade/Economia para a DF (SACP), para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, nos termos e de acordo com o referido na informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, supra identificada. Mais foi deliberado aprovar a constituição do respetivo júri do Recrutamento. -----

13. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE RECRUTAMENTO PARA 1 ASSISTENTE TÉCNICO / ASSISTENTE TÉCNICO (DECAJ) - PARA APROVAÇÃO

----- Sobre o assunto, presente uma informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 3792 (três mil setecentos e noventa e dois) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), previamente enviada cópia a todos os membros do Executivo e que ficará a constar no processo da documentação desta reunião. -----

----- Os esclarecimentos estão no ponto cinco da ordem do dia, uma vez que foram dados em conjunto as explicações dos pontos cinco ao catorze. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, dos presentes, autorizar a abertura do Procedimento de Recrutamento para um Assistente Técnico para a DECAJ, para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, nos termos e de acordo com o referido na informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, supra identificada. Mais foi deliberado aprovar a constituição do respetivo júri do Recrutamento. -----

14. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE RECRUTAMENTO PARA 1 ASSISTENTE TÉCNICO / ASSISTENTE TÉCNICO (DUT) - PARA APROVAÇÃO

----- Sobre o assunto, presente uma informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 3809 (três mil oitocentos e nove) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), previamente enviada cópia a todos os membros do Executivo e que ficará a constar no processo da documentação desta reunião. -----

----- Os esclarecimentos estão no ponto cinco da ordem do dia, uma vez que foram dados em conjunto as explicações dos pontos cinco ao catorze. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, autorizar a abertura do Procedimento de Recrutamento para um Assistente Técnico para a DUT, para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, nos termos e de acordo com o referido na informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, supra identificada. Mais foi deliberado aprovar a constituição do respetivo júri do Recrutamento. -----

15. MODIFICAÇÕES AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2024 - 9ª ALTERAÇÃO - 8ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO OM/GOPS 2024 - PARA CONHECIMENTO

----- A Câmara Municipal **TOMOU CONHECIMENTO** do teor da informação da Divisão Financeira, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 3623 (três mil seiscentos e vinte e três) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro) -----



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 25-06-2024

16. RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DO PLANO DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL A 31 DE MARÇO DE 2024, NOS TERMOS DO ARTIGO 29.º, DA LEI Nº 53/2014, DE 25/08, CONJUGADO COM O ANEXO I DO CONTRATO PAM 2ª REVISÃO EXTRAORDINÁRIA - PARA CONHECIMENTO

Sobre o assunto, presente o documento, registado na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 3877 (três mil oitocentos e setenta e sete) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), previamente enviada cópia a todos os membros do Executivo e que ficará a constar no processo da documentação desta reunião.

O Senhor Presidente da Câmara deu os parabéns à Divisão Financeira pela nova redação daquele documento, pois vinha com uma leitura mais fácil, com mais quadros e números. Disse que apesar de ainda não estar plasmado naquele documento toda a execução da revisão que fizeram ao Programa de Ajustamento Municipal, obviamente que “salta aos olhos” a melhor situação financeira do Município, em todos os parâmetros e aquilo que mais os preocupava era a dívida a curto prazo, junto dos fornecedores. Realçou o facto de terem cumprido grande parte dos indicadores e, por isso, estvam no bom caminho e querem chegar ao final do ano cumprindo todos os objetivos e as metas obrigatórias, sem deixar de ajudar as pessoas e ajudar os principais investimentos.

Interveio depois o Senhor Vereador Vítor Bebiano, dando nota de que conseguiram constatar que o prazo médio de pagamento mantém-se nos cento e dois dias, o que entende ser um prazo de pagamento a fornecedores ainda bastante alto. Para além disso disse terem constatado também que, em relação à redução do excesso de endividamento obrigatório, não se verificou esse cumprimento, ou seja, tinham reduzido cerca de cento e vinte e quatro mil euros e deveriam ter reduzido mais. O Senhor Presidente da Câmara corrigiu dizendo que o valor da redução que constava neste documento diz respeito ao valor do ano, ou seja, no primeiro trimestre, já reduziram cento e vinte e quatro mil euros e vão no bom caminho e que no relatório de junho os valores serão bem melhores. Relativamente à questão do prazo médio de pagamento, o Senhor Presidente da Câmara disse que de facto ainda era alto, mas conta que no próximo relatório a situação estará bem melhor.

A Câmara Municipal **TOMOU CONHECIMENTO** do teor do documento, supra identificado e submeteu o assunto à **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**, também para conhecimento.

17. “PAVIMENTAÇÃO EM DIVERSAS FREGUESIAS DO CONCELHO - ALFÂNDEGA DA FÉ, GEBELIM, PICÕES, SAMBADE, VALPEREIRO, VILARCHÃO E VILARELHOS” – LIBERAÇÃO DOS VALORES RETIDOS EM CUMPRIMENTO DO ART. 295 DO CCP – PARA APROVAÇÃO

Sobre o assunto, presente uma informação da Divisão de Obras e Planeamento, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 3217 (três mil duzentos e dezassete) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), previamente enviada a todos os membros do Executivo Municipal, por correio eletrónico, pelo que ficará a constar no processo da documentação desta reunião.

O Senhor Presidente da Câmara concedeu o uso da palavra ao Senhor Vereador Rui Figueiredo para esclarecer este assunto, o qual passou a prestar os devidos esclarecimentos que constam na informação técnica.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, dos presentes, aprovar e autorizar a liberação dos valores retidos nos autos de medição, correspondentes ao valor de €2.515,13 (dois mil, quinhentos e quinze euros e treze cêntimos), nos termos e de acordo com o referido na informação da Divisão de Obras e Planeamento, supra identificada.

18. SETOR DE LICENCIAMENTO - PROCESSO LE.6/21 - ESP_AP.39/24 - DEFERIMENTO DO PEDIDO DE LICENCIAMENTO DAS OBRAS DE RECONSTRUÇÃO, ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UM CONJUNTO DE EDIFICAÇÕES, A MAIORIA COMPOSTAS POR 2 PISOS, DESTINANDO-SE A UM EMPREENDIMENTO DE “TURISMO NO ESPAÇO RURAL (TER)” – 8 CASAS DE CAMPO, ADOTANDO A DESIGNAÇÃO DE “TURISMO DE ALDEIA”, COM 826,39 M2 DE ÁREA BRUTA DE CONSTRUÇÃO, SITO NA “RUA DO ALTO”, FREGUESIA DE





Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 25-06-2024

VILARCHÃO, REQUERIDO CONFORME NIPG 479/24 - PARA CONHECIMENTO (COMPETÊNCIA VU-07, SUBDELEGADA NO VEREADOR DA DUT)

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento -----

19. PEDIDO DE APOIO APRESENTADO PELO REQUERENTE COM O N.º 435P (7/2021), AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – PARA APROVAÇÃO

----- Sobre o assunto, presente uma informação da Divisão Económica, Cidadania, Animação e Juventude, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 3593 (três mil quinhentos e noventa e três) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), previamente enviada a todos os membros do Executivo Municipal, por correio eletrónico, pelo que ficará a constar no processo da documentação desta reunião. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara prestou alguns esclarecimentos. -----

----- Entretanto o Senhor Vereador Vítor Bebiano disse achar, que neste caso concreto, a avaliação teria de ser mais pormenorizada e ofereceu-se para ir ao encontro das técnicas e dizer pessoalmente o que pensa em relação a este assunto. O Senhor Presidente da Câmara concordou. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, dos presentes, autorizar o pagamento de um apoio financeiro ao requerente com o nº. 435P (7/2021) no montante de €386,90 (trezentos e oitenta e seis euros e noventa cêntimos) para ajudar o agregado a pagar a renda de casa e a fatura da luz, conforme referido na informação da Divisão Económica, Cidadania, Animação e Juventude, supra identificada. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- Neste período, inscreveu-se para intervir, o munícipe Carlos Videira. Disse que, em nome da Comissão Fabriqueira desta aldeia, agradece o empenho da Câmara pela ajuda técnica prestada. Entretanto disse que ninguém falou dos proprietários das casas devolutas que existem na aldeia e que deveriam ser notificados no sentido de procederem à sua demolição ou à limpeza do terreno. Disse que este descuido se verifica em todo o país. Perguntou ainda para quando poderá ser feita uma intervenção no telhado do salão paroquial e para quando seria possível a colocação de água e luz definitiva no Santuário de Nossa Senhora dos Anúncios, bem com a colocação de uma proteção numa das zonas do Santuário que já tinha sido prometida há algum tempo. Disse concordar com o que foi dito relativamente à Barragem do Salgueiro e que já tinha dito muitas vezes que deveria ser feita uma limpeza na zona onde é descarregado lixo, para ali poder ser feita uma pequena praia. Referiu-se depois à questão da utilização do campo de futebol para construírem lotes para empresas ou pavilhões, perguntando se isso será para acesso a toda a gente ou apenas para grandes empresários. O Senhor Vereador Vítor Bebiano respondeu dizendo que era para toda a gente. Continuando, disse que a seguir à sua casa, já tinha sido feita uma intervenção com a colocação de pedra e perguntou se seria possível continuar com essa colocação até, pelo menos, ao caminho a seguir. -----

----- Depois, inscreveu-se para intervir o Senhor Alcino Camelo, dizendo que é um novo cidadão da aldeia de Vilarelhos. Referiu que uma das questões que tinha para apresentar estava relacionada com a colocação de resíduos, no depósito de plástico, pois este está constantemente cheio e não consegue colocar mais nada. Alertou porque se o objetivo é reciclar então têm que dar as condições à população para o fazer, porque vê-se muitas vezes obrigado a colocar o lixo no contentor do lixo normal, por não ter onde reciclar. Outro assunto que o Senhor Alcino abordou foi a questão do Ecocentro em Alfândega da Fé, perguntando se aquilo era uma sociedade privada ou se tratava de um serviço público. Contou depois que se viu obrigado, da última vez que lá foi para levar mangueiras, a trazê-las de volta porque não as aceitaram. O Senhor Presidente da Câmara explicou que isso não poderia ter acontecido, pois é uma empresa intermunicipal que presta um serviço público à comunidade. Disse que, infelizmente, ele próprio já teve alguns episódios através dos quais não foi bem recebido e que já tinha feito uma exposição por escrito a quem gere estes ecocentros, pois também não concorda. Contudo, disse que irá reforçar junto da empresa Resíduos do Nordeste essa situação que aconteceu com o Senhor Alcino Camelo. Entretanto, o Senhor Alcino informou que posteriormente se tinha



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 25-06-2024

dirigido ao ecocentro de Mirandela e simplesmente lhe indicaram o número do depósito onde poderia colocar as mangueiras e nada mais e acabou por conseguir fazer a reciclagem das mesmas. O Senhor Alcino disse compreender que pontualmente aconteçam estas situações, mas não compreende e não aceita que isso aconteça de forma regular. O Senhor Presidente da Câmara interveio dizendo que, por vezes, o que poderá acontecer, é que os contentores que têm nos ecocentros estão cheios e não conseguem receber mais lixo, uma vez que vêm, esporadicamente, a Alfândega da Fé e às aldeias do Concelho, fazer a sua recolha, tendo depois pedido à Senhora Presidente da Junta de Freguesia que sempre que saiba que os contentores estão cheios, envie um e-mail para ele ou para o Senhor Vereador, pois rapidamente pedem à empresa Resíduos do Nordeste para passarem lá. O Senhor Alcino Camelo alertou ainda para o facto de, ao lado da Barragem de Santa Justa, estarem depositadas no chão, há muito tempo, muitas mangueiras e provavelmente estavam lá pelo facto das pessoas não terem tido a possibilidade de as deixar num ecocentro, convidando-os a ir lá confirmar. O Senhor Presidente da Câmara pediu ao Senhor Vereador Rui Figueiredo que tomasse nota e fosse verificar essa situação. A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, Célia Pancha, disse que muitas vezes aquilo que acontece é que, inicialmente, quando foi colocado o ecoponto, poucas pessoas faziam reciclagem, mas agora, cada vez mais, as pessoas reciclam e só um ecoponto é pouco para esta aldeia. Disse que já contactou a Engenheira Carina Teixeira e o que lhe foi dito foi que o número de ecopontos atribuídos depende do número de habitantes, mas não concorda muito com isso, pois há pessoas que não fazem reciclagem porque não têm um ecoponto próximo e não têm a possibilidade de levar o lixo no carro para poderem reciclar e se tivessem um ecoponto mais próximo já poderiam fazer a reciclagem. O Senhor Vereador Rui Figueiredo disse que neste momento têm um pedido de três freguesias para a colocação de mais ecopontos, que são Vilarelhos, Cerejais e Vilarchão e estão á espera que a empresa Resíduos do Nordeste possa entregar esse equipamento e que, logo que seja possível, estas três freguesias serão contempladas com um. Continuando, o Senhor Alcino Camelo disse que se fala muito no PDM e na sua alteração, mas concorda com o que diz o Senhor Carlos Videira e em vez de fazerem essas alterações, deveriam preocupar-se com as casas devolutas para que fossem recuperadas para habitação, pois infelizmente há muitas, disse. O Senhor Presidente da Câmara disse que era uma questão muito pertinente e que, no âmbito do Programa do 1º Direito, têm vindo a adquirir casas devolutas, precisamente para poderem ser recuperadas para habitação. Disse ainda que a questão colocada pelo Senhor Carlos Videira era muito importante e informou que a Câmara Municipal pode notificar os proprietários dessas casas devolutas, que estão a pôr em causa a segurança das pessoas e bens, no sentido de os obrigar a fazerem obras de recuperação e por isso pediu a todos que se tiverem conhecimento dessas situações, os informem e os alertem para depois a Proteção Civil poder proceder em conformidade. -----

----- Seguidamente, interveio o Senhor Altino Meireles referiu-se a um assunto que entende ser muito importante para a freguesia que é a questão da ETAR. Disse que já há muitos anos que não está a servir como ETAR. Reconhece que é um problema que não é de fácil resolução mas tem de ser resolvido. O Senhor Presidente da Câmara disse que de facto é um problema muito importante e que não é fácil resolvê-lo, mas informou que o assunto tem vindo a ser analisado para poder encontrar uma solução e que inclusive já tentaram resolver mas tinha vindo uma trovoadas e tinha destruído tudo. Explicou que a zona da ETAR é uma zona muito plana e não é fácil as águas escorrerem com facilidade, tendo mostrado depois o desenho daquela zona. Desafiou depois o Senhor Altino e disse-lhe que no próximo Quadro Comunitário irão ter algum dinheiro e poderão vir a reinstalar esta ETAR noutra sítio, de forma a poder melhorar a situação problemática que existe, mas alertou para o facto de nunca virem a poder melhorar o escoamento das águas naquela zona, porque é uma zona muito plana e as águas ficam muitas vezes estagnadas, criando cheiros e mosquitos. O Senhor Presidente da Câmara informou depois que os resultados das análises feitas à água da ETAR pela nova empresa não são ótimos, mas são razoáveis, explicando que havia um problema de azoto na água que dificulta o arejamento das lamas, mas que tem a ver com a zona que é, ou seja, uma zona de agricultura. O Senhor Presidente da



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 25-06-2024

Câmara agradeceu a questão colocada pelo Senhor Altino Meireles. O Senhor Chefe de Divisão de Águas e Serviços Urbanos, Nuno Jacinto, interveio alertando para o facto de existir nesta aldeia um problema que acontece várias vezes ao ano, e do qual já foram alertados que é a questão da morte do biofilme do sistema de tratamento por descargas de óleo, isto porque as pessoas fazem as mudanças de óleo nas garagens e colocam tudo no saneamento e quando isso acontece a ETAR "morre" durante dois a três meses, disse, e isso também não ajuda. O Senhor Presidente da Câmara pediu para que as pessoas colocassem esses óleos em garrafões e os levassem para os oleões ou para o ecocentro e não os colocassem no saneamento porque isso não ajuda nada. -----

----- O Senhor Presidente agradeceu a simpatia de todos os habitantes desta aldeia de Vilarelhos, bem como as questões que ali colocaram e contam, no próximo ano, voltar a Vilarelhos para fazer uma nova presidência aberta. -----

----- Por último deliberou a Câmara Municipal aprovar esta ata em minuta, por **UNANIMIDADE**, dos presentes, nos termos do n.º 3 do Art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, para efeitos imediatos. -----

----- E não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, declarou encerrada a reunião, às dezasseis horas e cinquenta e três minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada. -----

----- E eu, Sandra Manuela Penarroias Fernandes Carrielo, Técnica Superior, a lavrei, subscrevo e também assino. -

Presidente da Câmara Municipal: _____

Secretária da Reunião: _____

sandrac